

José Geraldo Silveira Bueno*

Diversidade, deficiência e educação

Diversidade e dificuldades escolares

A questão das diferenças entre os sujeitos e os problemas delas decorrentes em termos de rendimento escolar não é nova. Na realidade, boa parte da trajetória da psicologia infantil tem se pautado exatamente na busca de padrões de comportamento universais, de acordo com determinadas faixas etárias, de tal forma que se pudesse identificar aquelas crianças que não teriam condições de acompanhar as formas regulares de escolarização. Foram as dificuldades de rendimento escolar apresentadas por crianças que levaram Alfred Binet a cons-

truir seu teste de inteligência.¹

É também uma visão equivocada aquela que afirma que as condições sociais dos alunos não eram objeto de preocupação de teóricos da educação até o advento das teorias sociais críticas da década de 60. Na verdade, ninguém mais do que Durkheim buscou estabelecer padrões científicos para a investigação do “fato social” e dentro dele, o da distinção entre a patologia e a normalidade social.

Por fim, dentro do âmbito dos indivíduos que apresentam anormalidades evidentes, do ponto de vista biológico, como as deficiências sensoriais, físicas e mentais, toda a trajetória dos estudos oriundos da medicina nos mostram que a preocupação com a distinção entre sujeitos biologicamente diferentes esteve presente desde o surgimento da medicina moderna.²

Em suma, a questão das diferenças entre os indivíduos fez parte integrante da pauta das preocupações dos teóricos da educação e da educação especial desde os primórdios da moderna

sociedade industrial, quer seja sob a ótica das diferenças biológicas, psicológicas ou sociais.

O que as teorias críticas trouxeram de novo, tanto para a educação regular, quanto para a educação especial foi a contraposição a uma visão de sociedade como um conjunto harmônico, nos moldes do organismo biológico (tal como Durkheim nos procurou ensinar), mas como um espaço de relações entre os homens, carregado de problemas, conflitos, contradições e antagonismos.

Foram, com certeza, os estudos com base marxista, na década de 60, que possibilitaram a abertura de novas perspectivas para os estudos da relação escola-sociedade, expressos, sobretudo, pelas obras de Althusser e de Baudelot e Establêt, na França e de Bowles e Gintis, nos EUA. Estes trabalhos tiveram o mérito de incorporar as distinções de classe como determinações significativas para o sucesso e o fracasso escolar. Mesmo com todas as críticas que hoje se faz da perspectiva mecanicista e reprodutivista desses estudos, não se pode negar a contribuição que trouxeram para o alargamento e a superação de uma visão reducionista sobre o fracasso escolar, centrada nas questões das diferenças individuais (biológicas e psicológicas). A partir desses estudos, passou-se a se considerar que as instituições sociais, entre elas a escola, contribuíam de maneira significativa para a reprodução das relações de poder na moderna sociedade industrial capitalista, com a marca

¹A esse respeito, consultar Rosely Katz Mindrisz, A tirana do QI.

²A obra de Maria Aparecida Leite Soares, A educação do surdo no Brasil, traz importantes contribuições nesse sentido.



determinante das contradições produzidas pelas relações de dominação de classe.

Ao lado desses estudos, surgiram outras vertentes que, embora, influenciadas pelo pensamento marxista, procuraram ampliar essa perspectiva, quer seja pela

to marxista atual, que procurou rever a perspectiva mecanicista de que a distinção de classe joga papel exclusivo na questão da marginalidade social, buscando incorporar as distinções de gênero e de etnia nas determinações da marginalidade social e da

“...pois considera-as fundamentais, mas não suficientes para a determinação da diversidade social, da qual as deficiências são mais uma expressão, peculiar é verdade, mas uma expressão das formas pelas quais a sociedade moderna trata essas diversidades.”

ótica das relações de poder que caracterizam qualquer tipo de sociedade, como os estudos de Bourdieu, quer seja pelos estudos multiculturalistas, que elegeram outros determinantes, como as relações de gênero e de etnia, no mesmo patamar das relações de classe na busca de explicações para a questão do fracasso escolar.

Estas novas perspectivas influenciaram, inclusive, o pensamen-

to marxista atual, que procurou rever a perspectiva mecanicista de que a distinção de classe joga papel exclusivo na questão da marginalidade social, buscando incorporar as distinções de gênero e de etnia nas determinações da marginalidade social e da

to marxista atual, que procurou rever a perspectiva mecanicista de que a distinção de classe joga papel exclusivo na questão da marginalidade social, buscando incorporar as distinções de gênero e de etnia nas determinações da marginalidade social e da

seletividade escolar.

Por outro lado, SKRTIC (1996: 62), em seu denso artigo sobre o conhecimento produzido no campo da educação especial, segundo ele, calcado exclusivamente na biologia e na psicologia, considera que os estudos sobre os deficientes deveriam “*ampliar sua base disciplinar para além da psicologia e da biologia, para incluir diversas ciências sociais, políticas e culturais*”, na medida em que, para ele, o conhecimento mais preciso dessa população não pode se restringir às contribuições que essas duas ciências possam dar, pois considera-as fundamentais, mas não suficientes para a determinação da diversidade social, da qual as deficiências são mais uma expressão, peculiar é verdade, mas uma expressão das formas pelas quais a sociedade moderna trata essas diversidades.

Como se pode notar, há uma confluência não casual entre as perspectivas críticas contemporâneas de análise da educação e da educação especial, na medida em que tanto uma quanto a outra, frente à complexidade e contradições da sociedade moderna, demandam abordagens muito mais abrangentes que as tradicionalmente utilizadas e que podem ser sintetizadas pelas contribuições que as teorias sociais críticas podem oferecer nesse sentido.

Estas críticas e a abertura de novas perspectivas teóricas têm redundado, em nosso país em um conjunto ainda incipiente mas continuamente crescente de estudos que têm procurado incorporar as contribuições das teorias sociais críticas.⁴

³Veja-se o artigo de Florestan Fernandes, Luta de raças e de classes, em que essa abordagem fica muito nítida.

⁴Entre eles, vale a pena destacar, por seu caráter pioneiro, o trabalho de Gilberta Januzzi, A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.

Esta trajetória de estudos, contudo, parece estar adquirindo conotações peculiares no campo da deficiência auditiva. Isto é, enquanto estudos voltados para as mais diferentes áreas têm procurado incorporar estas novas contribuições no sentido de ampliar as perspectivas de análise das deficiências e das chamadas “necessidades especiais”, os estudos sobre os surdos têm trilhado trajetória peculiar que merece ser analisada mais detalhadamente, exatamente por procurar estabelecer ruptura com o conhecimento até então produzido.

O que precisa ficar claro é que não estou assumindo aqui a posição de alguns estudiosos que consideram a surdez como uma característica humana que a diferencie das demais deficiências, mas ao contrário, procurarei colocar sob crivo crítico exatamente esta posição teórica, procurando analisar seus pressupostos e decorências.

O que os estudos recentes sobre a surdez têm procurado romper pode ser sintetizado por três suposições básicas:

- de que a surdez, como característica de uma parcela da população, não pode ser encarada pelo ângulo tradicional da medicina que a caracterizou como deficiência;
- que a surdez acarreta uma diferença básica de linguagem, e que a Língua de Sinais deve ser encarada como expressão natural da comunidade surda;
- que o fato de possuir uma língua própria faz com que os surdos devam ser considerados como um subcultura diferente da dominante, a cultura ouvinte.

“...os estudos sobre os surdos têm trilhado trajetória peculiar que merece ser analisada mais detalhadamente, exatamente por procurar estabelecer ruptura com o conhecimento até então produzido.”

É exatamente sobre essas três suposições que o presente trabalho irá se cingir, na perspectiva de procurar apontar algumas dificuldades teóricas fundamentais que parecem não estarem sendo contempladas pelos estudos em questão.

A contraposição à surdez como patologia

Boa parte da literatura que procura defender a concepção da existência de uma comunidade surda se coloca em contraposição, às vezes explícita, às vezes implícita, das perspectivas teóricas que consideram a surdez como deficiência.

É o caso, por exemplo da crítica de MOURA (1996) com relação à inclusão da surdez na “*categoria dos excepcionais, com problemas relacionados à surdez, patologizando-a e dando-lhe o caráter de doença a ser tratada*”, ou da sua afirmativa da “*necessidade de poder destacar o Surdo da representação de um sujeito deficiente*.” (Moura, 1996: 234)

Entretanto, a mesma autora, ao final de sua conclusão, afirma taxativamente: “*Considero que*

não existe possibilidade de considerar o Surdo como normal. Ele não o é (...)”, para mais adiante, enfeixar o que entende por “não normal”. “*Os Surdos pertencem a um grupo minoritário que sofre uma restrição que precisa ser compreendida na sua plenitude.*” (MOURA: 1996: 238-239)

Do mesmo modo, PERLIN (1998: 56) afirma que o “*surdo tem diferença e não deficiência, e a preocupação que pretendo explorar aqui, antes de tudo, trata da diferença e diversidade*”, pois para ela, a surdez produz uma cultura diferente “*que não se mistura à ouvinte*”.

Há aqui uma imprecisão conceitual que merece nosso cuidado. O surdo não deve ser considerado nem como deficiente, nem como excepcional, nem como patológico. Mas não se pode considerá-lo como normal, já que ele sofre uma restrição. Dentro dessa perspectiva o surdo, tal como outros indivíduos pertencentes a diferentes minorias (negros, gays, etc), deve ser encarado como membro de uma comunidade que sofre restrição daqueles que não o são.

Cabe aqui, porém, uma per-

"...qualquer iniciativa de intervenção (...) no meu modo de entender, deve ser combatida, pois que representa uma visão 'arianista', incompatível com as diferenças e com a construção da democracia."

gunta básica: afinal de contas, a surdez é ou não uma deficiência?

Todas as evidências científicas, sociais e culturais indicam que é. E mais, devemos envidar todos os esforços para evitá-la. A vacina contra a rubéola materna deve ser implementada porque, entre outros casos, previne a surdez. Isto é, previne um mal. Considerar o surdo como um grupo minoritário pode ser importante, do ponto de vista das diferenças culturais, mas confundi-lo com outros grupos minoritários, a meu ver, não permite avanço significativo, mas ao contrário, confunde mais ainda a distinção entre o patológico e a mera diferença.

Em outras palavras, qualquer iniciativa de intervenção para homogeneizar diferenças, como por exemplo, o embranquecimento das populações negras, ou a eliminação de características como a homossexualidade ou os olhos "puxados" das etnias orientais, no meu modo de entender, deve ser combatida, pois que representa uma visão "arianista", incompatível com as diferenças e com a construção da democracia. Isto, entretanto, não se estende a outros casos, como os patológicos, porque se houver possibilidade de se evitar o seu advento, isto é, se houver formas de se prevenir a sua incidência ou de se solucionar este mal, isto deve ser feito.

Esta distinção, entre a diferença e a doença/deficiência não pode ser considerada, por nós estudiosos, como meramente retórica, pois é conceitual, portanto teórica e que, quanto mais solidamente enfrentada, mais nos oferece possibilidades de densidade em nossas análises as quais, queiramos ou não, são teóricas.

Em síntese, a perda auditiva existe. Não é meramente uma invenção dos ouvintes em relação aos surdos. Se ela passar a ser considerada como uma mera diferença, qualquer ação contra a sua incidência deverá ser combatida, se quisermos manter uma postura coerentemente democrática. Se, de alguma forma, concordarmos com formas para sua prevenção ou erradicação, apesar de qualquer discurso, ela será considerada como mal a ser evitado.

O problema com relação à surdez, assim como para as deficiências em geral, é o de que, como ela não afeta diretamente as possibilidades de sobrevivência e, em grande parte dos casos, até o momento atual, não é passível de reversão, há que se encontrar formas democráticas de conviver com os surdos. Assim, parece-me acertado procurar distinguir a surdez da doença, mas não se pode deixar de considerá-la como uma condição intrinsecamente adversa, diferentemente da negritude ou do homossexualismo.

Os surdos como comunidade

O segundo pressuposto de que gostaria de tratar é o referente à existência de comunidades surdas. É óbvio que, mesmo para aqueles que não se dedicam ao estudo da surdez, a existência de agrupamentos de surdos que mantêm relações sociais próximas, onde a surdez e a Língua de Sinais se constituem em características identificadoras desse grupo social, é um fato. Isto é, a existência de comunidades surdas é notória.

Entretanto, do ponto de vista teórico, estes novos estudos pecam, também, por se utilizarem do termo comunidade, sem se preocuparem com uma melhor precisão conceitual.

De um lado, comunidade dos surdos é entendida como o "(...) lugar onde os Surdos se encontram, onde o Surdo se sente entre iguais, seja na escola residencial, clubes de Surdos, eventos esportivos de Surdos, festas de Surdos, etc." (MOURA, 1996: 123).

Da mesma forma, TESKE (1998: 147) assevera que uma "comunidade surda bilingüe-multicultural prepara os sujeitos a conviverem com duas linguagens e várias culturas".

Isto é, o conceito comunidade é utilizado como agrupamento concreto de pessoas, com determinadas afinidades que se

constituem no núcleo central de sua manutenção como grupo social ímpar.

Tanto é assim que reconhecem existirem "(...) situações em que os membros da Comunidade de Surdos não são Surdos, mas se identificam com os problemas da surdez (parentes, profissionais) ou fazem parte de uma família Surda (filhos ouvintes de pais Surdos), ou ainda Surdos que vêm de outros lugares e que ainda não aprenderam toda a escala de habilidades requeridas para aquela comunidade. (...) Existe a questão também daqueles surdos que não pertenciam à Comunidade de Surdos e que se juntam a ela mais tarde na vida." Enfim, "(...) ser membro da Comunidade de Surdos significa identificação com os Surdos, ter compartilhado experiências de ser Surdo e participar das atividades da comunidade." (MOURA, 1996: 123-124).

Em outros momentos, o conceito é utilizado em sentido genérico, tal como, na afirmação de que o surdo pertence "(...) a um grupo minoritário com direito a uma cultura própria" ou fazendo parte dela "(...) mesmo quando não compartilhava uma língua ou uma cultura, mas que de acordo com meu ponto de vista tinha o direito de fazê-lo"; ora como sinônimo de sociedade, quando se referem à comunidade ouvinte ou comunidade em geral. (MOURA, 1996: 56, 123 e 126).

Já na década de 70, PEREIRA (1976: 11) nos mostrava o quão é difícil conceituarmos comunida-

de, apontando, pelo menos, duas possibilidades: a de autores, como ele, naquela obra, que utilizam o termo como "(...) agrupamentos dotados de graus variáveis de solidariedade baseada na localidade comum de residência e de atendimento de número variáveis de interesses" (...) e os que entendem o conceito historicamente, em que comunidade se "(...) contrasta com o de sociedade."

Isto é, uma coisa é se considerar a comunidade como a manifestação concreta de agrupamentos, tal como nos apresenta Pereira. Para este autor, comunidade é utilizada no sentido de "(...) um agregado humano com residência estável numa certa área geográfica, na qual se con-

e de proximidade geográfica, típicas das comunidades primitivas, se conflitam com interesses antagonísticos produzidos pelas complexas relações historicamente construídas pela moderna sociedade industrial:

"(...) a comunidade é a 'vida real orgânica', que se funda sobre a descência do sangue (parentesco), do solo (o lar e a aldeia) e sobre os bens possuídos e desfrutados em comum. Na sociedade, ao contrário, os homens são 'essencialmente separados' pela propriedade privada; e as relações sociais se desenvolvem pela troca, o contrato privado, o conflito entre as classes, a indústria, o capital." (CANEVACCI, 1981: 89)

"...ora o conceito comunidade se refere à existência concreta de grupos de surdos com interesses comuns, ora tem o sentido de designar todo o conjunto de surdos (não se sabe se de uma cidade, de um país ou do planeta), ora se confunde com o conceito de sociedade."

centra ponderável variedade de instituições e associações, capazes de satisfazerem aos diversos interesses fundamentais e comuns desse agregado. Essas instituições e associações, desde que localizadas na área de residência, operam como forças centrípetas e atuam, em conjunto, como foco de vida comunitária nesta área." (PEREIRA, 1976: 21)

Outra, muito diferente, é se utilizar esse conceito do ponto de vista histórico, em que comunidade se contrapõe à sociedade, já que os interesses comuns pa-

Os autores que procuram analisar a relação indivíduo surdo-comunidade-sociedade parecem pouco se preocupar com distinções teóricas tão importantes. Assim, ora o conceito comunidade se refere à existência concreta de grupos de surdos com interesses comuns, ora tem o sentido de designar todo o conjunto de surdos (não se sabe se de uma cidade, de um país ou do planeta), ora se confunde com o conceito de sociedade.

Por outro lado, estabelece-se uma contradição entre a base teórica e a análise da realidade. No

“...passaram a constituir comunidades cuja característica básica é a surdez e que, nessas relações sociais concretas construíram sua própria língua.”

sentido de não se restringir a Comunidade de Surdos somente aos sujeitos com perdas auditivas, incluem-se os pais ouvintes de filhos surdos, os filhos ouvintes de pais surdos e os profissionais que com eles atuam. Mas, quando se voltam para a realidade concreta só consideram membros da Comunidade de Surdos (entendidas como agrupamentos de sujeitos em busca de interesses comuns), que não se restringem aos indivíduos surdos, mas incluem os que mantêm relações sociais significativas com eles, como se pode considerar que pais e profissionais que só valorizam a língua oral não façam parte desta Comunidade?

Estas imprecisões teóricas não são uma questão meramente acadêmica, mas têm reflexos significativos nas formas através das quais procuramos explicar as relações sociais contraditórias envolvendo sujeitos surdos numa sociedade pautada na audição e na linguagem oral, com reflexos significativos sobre as perspectivas educacionais apontadas para a superação da marginalização social.

Está em jogo, aqui, diferente-

mente dos demais grupos sociais minoritários, a questão da relação contraditória entre uma civilização que se construiu tendo como base as possibilidades de comunicação oral para o estabelecimento de relações sociais entre os seus membros, quer fossem

eles brancos ou negros, homens ou mulheres, ricos ou pobres e sujeitos que, por terem uma condição orgânica intrínseca diferente — a surdez, que não lhes permite o acesso “natural-social” a essa forma de comunicação como os demais, passaram a constituir comunidades cuja característica básica é a surdez e que, nessas relações sociais concretas construíram sua própria língua.

A cultura surda

Tendo como base as abordagens multiculturalistas, que entendem a cultura não restrita à etnia, nação ou nacionalidade, mas como um lugar de direitos coletivos para a determinação própria de grupos, estudos recentes têm defendido a existência de uma cultura surda, consubstanciada por comportamentos, valores, atitudes, estilos cognitivos e práticas sociais diferentes da cultura ouvinte:

“Apoiada nesta noção de multiculturalismo crítico é que vejo a possibilidade de afirmação da cultura dos Surdos, que

deve ser vista, não como uma diversidade a ser defendida e mantida fora do contexto social mais amplo, mas que deve ser entendida como existente e necessária de ser respeitada. A forma especial do Surdo ver, perceber, estabelecer relações e valores deve ser usada na educação dos Surdos, integrada na sua educação em conjunto com os valores culturais da sociedade ouvinte, que em seu todo vão formar sua sociedade.” (MOURA, 1996: 116)

Nesta mesma direção se dirigem as afirmações de PERLIN (1998: 56) de que *“a cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte.”*

Dentro desta ótica, fica estabelecida a distinção entre uma “cultura minoritária”, a dos surdos, e uma “cultura majoritária”, a dos ouvintes, ou seja, a grande distinção entre as culturas, envolvendo indivíduos ouvintes e surdos, reside na existência de “uma cultura ouvinte” de um lado, e de “uma cultura surda”, de outro.

Cabe verificar, em primeiro lugar, como os teóricos do multiculturalismo apresentam a questão das diferenças culturais e como estas referências são apropriadas pelos defensores de uma “cultura surda”.

Uma das grandes virtudes dos chamados multiculturalistas foi o fato de se contraporem a uma visão positivizada de cultura, em que as diferenças eram levadas em consideração. Assim, MOURA (1996: 116), apoiada em McLaren, aponta que, para o multiculturalismo crítico, as "(...) representações de raça, classe e gênero são compreendidas como resultados de lutas sociais contra sinais e significados e enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados".

Quando McLaren aponta a raça, a classe e o gênero como determinações fundamentais para as representações, não está se referindo a uma "cultura ouvinte homogênea", mas, exatamente o contrário, aponta para a diversidade cultural numa "pseudo-cultura homogênea", determinada pelas diferenças de raça, classe e gênero. Para ele, o fato de nos referirmos a ela como uma cultura reflete a dominação de determinados grupos sobre outros (de uma classe sobre outra, do homem sobre a mulher, do branco sobre o negro, etc.).

Na medida em que os teóricos da surdez se apropriam dessa concepção, transformam essa diversidade cultural em homogeneidade cultural (cultura ouvinte), reduzindo e muito, a meu ver, a riqueza teórica desta abordagem. O mundo passa a ser dividido entre "cultura ouvinte" (dominadora) e "cultura surda" (dominada). O que identifica o segundo grupo é a surdez, independentemente da raça, classe ou gênero.

O surdo (abstrato, já que na

realidade concreta não se encontra esse surdo) passa a ter como única característica determinante de sua identidade, a surdez. Não conta o fato de ele ser branco ou negro, rico ou pobre, homem ou mulher. Mesmo quando esses fatores são considerados, como é o caso de SKLIAR (1998: 14) o fator realmente determinante para a caracterização do sujeito é a surdez, pois a etnia, o gênero e a classe social é o termo secundá-

que essas determinações são menos significativas no caso da surdez. Pois, se fossem, deveriam fazer parte integrante de nossas análises sobre a "comunidade de surdos" e sobre os "indivíduos surdos".

"Na medida em que os teóricos da surdez se apropriam dessa concepção, transformam essa diversidade cultural em homogeneidade cultural (cultura ouvinte), reduzindo e muito, a meu ver, a riqueza teórica desta abordagem."

rio: surdos das classes populares, surdos negros, surdos meninos de rua, surdas mulheres.

Esta subsunção das demais categorias à da surdez, como marca determinante da identidade do sujeito se reflete ainda mais nas decorrências da oposição "cultura surda x cultura ouvinte", como, por exemplo, a caracterização da ideologia dominante na educação dos surdos — o oralismo ou, melhor ainda, o "ouvintismo." (SKLIAR, 1998:14).

Qual a grande consequência desta visão? O de colocar em plano quase imperceptível da discussão sobre as condições sociais da surdez, as determinações de raça, classe e gênero, isto é, de considerar (contraditoriamente às concepções do multiculturalismo)

Em síntese, será que a surdez é suficiente para identificarmos dois sujeitos como uma mulher negra, pobre, latino-americana, vivendo em pequena localidade rural e surda e um homem, branco, rico, europeu, vivendo em metrópole e surdo? Que a surdez é um traço de identificação entre eles não se nega. Mas isto é suficiente para considerá-los como "pares" ou como "iguais"? Eles fazem parte de uma mesma comunidade só pelo fato de serem surdos?

Da forma como a existência de grupos de surdos é tratada, fica-se sem saída.

Se consideramos que a surdez é o único fator para a existência de uma "comunidade surda", deveremos negar a importância das

determinações de raça, classe ou gênero, que, se servem para o restante da humanidade, não se encaixam no caso da surdez.

Se, entretanto, entendermos que essas determinações de raça, classe e gênero são importantes para a análise das culturas, como tratar o “surdo” e a “comunidade surda”, sem levá-las em consideração?

Esta concepção, que deturpa e reduz a sua origem teórica (o multiculturalismo), na verdade, tem como conseqüência mais nefasta, a meu ver, o encobrimento daquilo que é a riqueza da abordagem: o de buscar entender a diversidade na pseudo-homogeneidade aparente.

Na verdade, não existe uma “cultura ouvinte” dominante, mas relações sociais contraditórias, de dominação de classe, gênero e etnia, que se abatem sobre as camadas populares, quer sejam elas deficientes ou não.

Enfim, a maior conseqüência de se circunscrever o problema da integração social do indivíduo surdo no âmbito das decorrências diretas da surdez, é a eliminação da possibilidade de sua análise dentro da perspectiva crítica que compreende a sociedade moderna como uma sociedade contraditória e conflituosa. O fato de ter se aceito e, inclusive, estimulado a existência de uma “comunidade surda” pode ser interpretada somente na perspectiva da democratização das relações sociais? Ou, ao contrário, pode significar, muito mais, uma forma de separar o diferente?

A meu ver, a forma como se tem trabalhado a questão, em que não são levadas em consideração

as formas conflituosas, contraditórias e exploratórias pelas quais a moderna sociedade industrial se constitui, não em relação aos sujeitos ouvintes versus sujeitos surdos, mas envolvendo dominação de classe, de raça e de gênero, redundando em uma visão abstrata da problemática social da surdez, e aponta para uma saída idealista: a solução é a criação de comunidades surdas, independentemente das formas como a sociedade em geral se organiza.

Isto é, se o oralismo, tal como foi sendo construído historicamente se constituiu numa forma opressiva de uma grande maioria sobre uma minoria, o Sinal, visto como redenção do surdo numa sociedade extremamente injusta, está sendo utilizado como uma outra forma de subjugação, na medida em que encobre outros determinantes fundamentais além da surdez, que jogam peso

tado: apesar de ser uma condição intrinsecamente adversa, a surdez e os surdos não podem ser tratados meramente como doentes, pois não o são. Esta visão só poderá ser modificada se ultrapassarmos as decorrências diretas da perda auditiva e analisarmos de forma mais abrangente as conseqüências geradas por ela, aliada às conseqüências construídas e produzidas pelas relações sociais.

Caberia, então, perguntar:

Defender a existência de comunidades surdas, considerando a Língua de Sinais como sua pri-

“Na verdade, não existe uma ‘cultura ouvinte’ dominante, mas relações sociais contraditórias, de dominação de classe, gênero e etnia...”

decisivo na formação das identidades dos sujeitos surdos e em suas trajetórias de autonomia individual.

Considerações finais

O nó da questão social referente à população surda, envolvendo a existência de grupos de surdos e a sua convivência com os ouvintes pode ser assim apon-

meira língua em contraposição a uma língua imposta pela “sociedade ouvinte”, é contribuir para a superação de sua condição socialmente adversa?

Por outro lado, desconsiderar o fato de que existem agrupamentos de surdos, que se utilizam de formas de representação diferentes daquelas utilizadas pelos ouvintes, e exigir deles a mesma produtividade em relação à lin-

guagem oral dos que ouvem, é a resposta?

Do meu ponto de vista, nenhuma das duas perguntas pode guiar a nossa trajetória, porque independentemente de nossas intenções, elas continuam a restringir o indivíduo às manifestações intrínsecas da surdez.

Somente no momento em que nos debruçamos sobre o fenômeno social da deficiência auditiva, levando-se em consideração as restrições efetivamente impostas por uma condição intrinsecamente adversa (a surdez), aliada às condições sociais das minorias culturais, determinadas por diferenças de classe, raça e gênero, estaremos avançando no sentido de contribuir efetivamente para o acesso à cidadania, acesso esse historicamente negado, quer pelos defensores do oralismo, quer pelos defensores da Língua de Sinais, na medida em que nenhum

tes”? Na sua grande maioria são ouvintes, profissionais e estudiosos que, da mesma forma como os oralistas se autodefiniam como defensores da integração social, se intitulam agora como defensores dos direitos dos surdos. São os ouvintes os que afirmam que os *“surdos que têm pais ouvintes que não se comunicam em sinais, sofrerão um processo de perdas culturais. Estes surdos, frequentemente, só terão contato com a cultura e a comunidade surda, quando forem para uma escola surda, onde poderão desenvolver a identidade do sujeito surdo”*. (TESKE, 1998: 147)

Em primeiro lugar, tais perspectivas se contrapõem exatamente aos referenciais teóricos que procuram utilizar. As teorias sociais críticas, incluindo aqui as diversas correntes da psicologia social, têm contribuído para que o estudo das identidades seja produzido a partir das condições sociais concretas de existência e não de uma pseudo-harmonia social inexistente. Assim, a identidade

identidade social dos surdos, o que nos leva, fatalmente a duas únicas saídas: ou ensurdecemos a todos ou separamos os surdos dos ouvintes.

No fundo, o que esses estudos demonstram é a incapacidade de lidar com as contradições e, mais que isso, de aceitar que nós, profissionais, especialistas e estudiosos da surdez, também estamos perpassados por elas.

Isto fica ainda mais evidente quando se inclui a escola de surdos (ou escola surda como querem alguns) como o espaço educacional ideal, desde que ela respeite a cultura e a língua natural dos surdos. Por analogia, poderíamos considerar que a escola dos ouvintes é democrática, já que se utiliza da cultura e da língua dos ouvintes.

As relações de poder, tal como são construídas na escola, refletem, sim, determinações de classe, raça e gênero e é na superação dessas determinações que poderemos, contínua e sistematicamente, construir instituições escolares crescentemente democráticas para os ouvintes e para os surdos.

Na medida em que não adentramos os muros das escolas de surdos para verificar o que efetivamente ocorre dentro dela, estaremos apresentando uma visão idealista e comprometida com a manutenção do “status quo” dessas instituições. Cabe, portanto, em último lugar, uma pergunta incômoda e impertinente: a quem serve a defesa incondicional das escolas para surdos? A essa “comunidade surda” à qual, via de regra, as instituições escolares têm sistematicamente impedido o acesso a níveis crescentes de cidadania, ou à reserva do espaço institucional, político e social para os ouvintes que continuarão a se arvorarem em defensores dos

“As relações de poder, tal como são construídas na escola, refletem, sim, determinações de classe, raça e gênero e é na superação dessas determinações que poderemos, contínua e sistematicamente, construir instituições escolares crescentemente democráticas para os ouvintes e para os surdos.”

deles conseguiu, efetivamente, se desvincular das manifestações específicas geradas pela surdez.

Vale a pena, ainda, estabelecer análise crítica sobre a quem tem servido esta polêmica que retira do centro das discussões as contradições de classe, de raça e de gênero na determinação da construção social dos indivíduos surdos.

Quem está falando sobre a “dominação dos surdos pelos ouvintes”

de uma criança surda de pais ouvintes está construída tendo como um dos elementos centrais o fato de os pais não serem surdos, assim como a identidade da criança surda filha de pais surdos será construída tendo esses pais como atores sociais fundamentais para a construção de sua identidade. Além disso, é uma visão idealista, pois considera que qualquer “contaminação” da “cultura ouvinte” é prejudicial para a construção da

direitos nunca alcançados da população a qual se dirigem?

O caminho aberto pelos multiculturalistas é, a meu ver, uma das formas mais ricas que a pesquisa educacional tem oferecido na busca da democratização da instituição escolar. Mas ele não é simples, nem linear, nem tranqüilo. Os ensinamentos de SACRISTÁN (1995: 93) podem ser bastante úteis para nortear nossas reflexões, nossas discussões e nossas ações:

“Dois fundamentos ou motivações de natureza muito desigual intervêm nos programas multiculturais:

- 1) *a necessidade de integrar as minorias ou massas procedentes de outras culturas no sistema social, através da educação sem eliminar a cultura de procedência, fazendo-o num sistema de escola única com um currículo comum, evitando a rejeição às instituições escolares por parte das minorias — o que seria, certamente, uma rejeição à sociedade. Levá-lo em consideração é uma medida preventiva para aliviar o fracasso escolar a que dá lugar enfrentar um sistema de valores e de conhecimento muito alheio ao de origem;*
- 2) *por outro lado, uma motivação democrática e ética pelo respeito a outras culturas diferentes da própria na escolarização de seus membros. Uma idéia que leva a colocar a necessidade de um certo relativismo cultural que combata o etnocentrismo em sociedades plurais.*
São pulsões contraditórias e complementares em busca de programas pluriculturais”.
Cabe a nós, educadores, pro-

fissionais e estudiosos enfrentarmos essas pulsões que nos machucam, que nos confrontam e que colocam nossas certezas em cheque, mas que é, a meu ver, a úni-

ca forma de contribuirmos para a democratização da escola e da sociedade e, conseqüentemente, das condições sociais concretas da população deficiente.

Referências Bibliográficas

- BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.
- BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. *Caderno CEDES, A nova LDB e as necessidades educativas especiais*, n. 46, Campinas, 1998.
- CANEVACCI, Massimo (Org.) *Dialética da família*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os pensadores”, 1983.
- FERNANDES, Florestan. “Luta de raças e de classes”, *Teoria e debate*, n. 2, São Paulo, março, 1982.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas, Autores Associados, 1996.
- JANNUZZI, Gilberta. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese de Doutorado, 1996.
- PEREIRA, Luiz. *A escola numa área metropolitana*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- PERLIN, Gladis T. T. “Identidades surdas”. IN: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1998.
- SACHS, Oliver. *Vendo vozes*. Rio de Janeiro, Imago, 1990.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. “Currículo e diversidade cultural”. IN: Tomaz Tadeu da Silva e Antônio Flávio Moreira (Org.), *Territórios conquistados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- SKLIAR, Carlos. “Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças”. IN: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1998.
- SKRTIC, Thomas. “La crisis en el conocimiento de la educación especial: una perspectiva sobre la perspectiva”. IN: FRANKLIN, Barry M. *Interpretación de la discapacidad*. Barcelona, Pomares-Corredor, 1996.
- SOARES, Maria Aparecida Leite. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas, Autores Associados/EDUSF, 1999.
- TESKE, Ottmar. “A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas”. IN: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1998.